



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARCELO PEREIRA COELHO FILHO

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM DESAFIO DA PRÁTICA DOCENTE COM
ÊNFASE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARCELO PEREIRA COELHO FILHO

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM DESAFIO DA PRÁTICA DOCENTE COM
ÊNFASE EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Haroldo Moraes de Figueiredo

**VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
2015**

Catálogo na Fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Ana Ligia Feliciano dos Santos, CRB4: 2005

C672e Coelho Filho, Marcelo Pereira.

Educação física inclusiva: um desafio da prática docente com ênfase em pessoas com deficiência./ Marcelo Pereira Coelho Filho. – Vitória de Santo Antão: O Autor, 2015.

32 folhas; graf., tab.

Orientador: Haroldo Moraes de Figueiredo.

TCC (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Educação Física, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Educação Física. 2. Inclusão Educacional. 3. Ensino. I. Figueiredo, Haroldo Moraes de (Orientador). II. Título.

796.087 CDD (23.ed.)

BIBCAV/UFPE-054/2015

MARCELO PEREIRA COELHO FILHO

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM DESAFIO DA PRÁTICA DOCENTE

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 13/07/2015.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Haroldo Moraes de Figueiredo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Ms. Saulo Fernandes Melo de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Lúcia Inês Guedes Leite (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

Dedico este trabalho, a Deus,
pela força e coragem durante
toda esta longa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas em todos os momentos. É o maior mestre que alguém pode conhecer.

À Universidade Federal de Pernambuco com ambiente criativo e amigável me acolheu me ensinando valores morais e éticos.

A todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Ao meu Orientador Professor Haroldo Moraes Figueiredo, que tive paciência e papel fundamental para elaboração deste trabalho.

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foram quem deram em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

A minha namorada Wedja que teve papel crucial no apoio nas difíceis decisões da vida e na minha formação acadêmica.

Aos meus amigos que de forma direta e indireta ajudaram na minha formação, além de dividir alegrias e tristezas.

RESUMO

A aula de Educação Física é ambiente para se promover uma prática inclusiva, na qual todos os alunos possam participar e consigam tomar parte das atividades de maneira prazerosa, desafiadora e produtiva no que diz respeito aos conhecimentos trabalhados. Este estudo foi realizado tendo como objetivo analisar os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. O construto apresentado é uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Como fonte de dados foram usados sites dentre eles o scielo, periódicos capes e google acadêmico além do acervo da biblioteca. Concluindo assim, que uma educação física escolar voltada para a Inclusão necessita de transformações nos caminhos para o ensino-aprendizagem, começando ao que se faz necessário à troca de uma ideia a qual o indivíduo esteja relacionado à incapacidade, pela qual devemos observar as suas potencialidades.

Palavras-Chave: Educação Física. Inclusão. Prática docente. Escola.

ABSTRACT

The Physical Education class environment is to promote inclusive practice, in which all students can participate and able to take part of the activities in a pleasant way, challenging and productive with regard to knowledge worked. This study was conducted aiming to analyze the challenges of inclusion of students with disabilities in physical education classes. The construct is presented a literature developed from materials published in books, articles, dissertations and theses. As a data source have been used sites among them scielo, capes and academic journals google beyond the library collection. Thus concluding that a school physical education focused on inclusion requires changes in ways of teaching and learning, beginning to what is necessary to exchange an idea which the individual is related to the disability, for which we must observe their potential .

Keywords: *Physical Education. Inclusion. Teaching practice. School.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	13
3 INCLUSÃO, UMA FUNÇÃO SOCIAL.....	17
4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA.....	21
4.1 Educação Física e Sua Função Social.....	21
4.2 Educação Física e Inclusão.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da graduação obtemos experiências com diversos públicos, recentemente um dos públicos que mais me deslumbrou foram os alunos deficientes, o qual me fez enxergar uma realidade diferente do que tinha em mente, nas aulas de Educação Física.

Na primeira experiência que obtive com esse público começou quando fui selecionado para fazer parte do Projeto Mais Educação no município de Vitória de Santo Antão. A escola faz parte da rede municipal de Vitória de Santo Antão, a princípio minhas aulas foram ministradas para jovens sem necessidades especiais.

Em uma situação específica fui convidado pela atual gestora da instituição a participar de uma oficina de ginástica, para os dias das mães. No turno matutino contemplamos as mães dos alunos do ensino regular, e a tarde as mães com seus filhos do ensino especial realizaram a atividade prática proposta, em seguida as mães foram para outras oficinas.

No segundo momento foi a prática com os jovens deficientes, a prática realizou-se de forma surpreendente e satisfatória, cada momento foi inesquecível, pois o público tinha garra e uma motivação instigante. Foi uma sensação incrível de realizar as atividades, e ver a felicidade de quem a praticava. E essas experiências geraram inquietações que nos estimularam a pesquisar sobre o assunto.

Segundo Karagiannis (1999) na visão do âmbito educacional, o sentido de inclusão conjectura um movimento de intensa transformação da escola, propiciando o atendimento benéfico a todos os alunos, por mais dificuldades que possam apresentar.

De maneira geral, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente a seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas, em seus ambientes e salas de aulas possibilitadoras, onde todas as angústias dos alunos são cessadas.

Devemos também entender que o conceito de inclusão, dito anteriormente, que vai muito além do que simplesmente inserir, a prática inclusiva é um desafio uma vez visto que apenas a inserção dos alunos na aula por si só já é um desafio.

Segundo Ribeiro (1987), a Educação Física deve favorecer a qualquer criança, incluindo aquelas com deficiências, o pleno desenvolvimento tendo como

parâmetro a capacidade de cada um. Sendo assim, o aluno deficiente deve ser incluído também nas aulas de Educação Física por apresentar necessidade de desenvolvimento motor. Afinal não devemos perder de vista que uma das principais funções dessas aulas é favorecer o desenvolvimento social e afetivo dos alunos, do qual nenhuma criança pode ser privada.

Inclusão é um tema de muita importância no contexto cultural. Para uma sociedade civilizada desenvolver a Inclusão é um conceito chave a ser tratado uma vez que as diferenças devem nos aproximar. Na Educação Física não é diferente, deve ser trabalhado com bastante atenção, observando sempre que a atividade corporal é um meio para a inclusão dos alunos.

O estudo apresentado é uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Como fonte de dados foram usados sites dentre eles o scielo, periódicos capes e google acadêmico além do acervo da biblioteca. Todos tendo em seu universo de estudo, no mínimo, duas das seguintes termos e palavras chaves: **inclusão, educação física, pessoas com deficiência, deficiência, incapacidade, educação, educação física adaptada.**

A pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema” (CERVO; BERVIAN; SILVA 2007, p.61).

Este estudo na área de Educação Física tem como objetivos:

1. Geral

- ✓ Discutir a Educação Física Inclusiva.

2. Específicos

- ✓ Esclarecer as dificuldades e os preconceitos acerca da prática inclusiva.
- ✓ Propor considerações e conceitos claros acerca da prática inclusiva.

Para melhor entendermos o que vem a ser discutido, o presente estudo está dividido em cinco seções. Na primeira justificando o motivo e o interesse pelo tema. Na segunda seção iremos discutir o conceito de deficiência entendido no construto, já na seção seguinte pretendemos esclarecer o conceito chave de inclusão, quando associado ao tema discutido.

Na quarta seção iremos discutir dois pontos muito importantes no construto **“Educação Física e Sua Função Social”** e **“Educação Física e Inclusão”** onde se

propõe discutir a educação física sua função social tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física os preconceitos e conceitos de **Educação Física Inclusiva**, respectivamente. Na quinta e ultima parte encontram-se as considerações finais.

A produção acadêmica se faz necessária para um maior suporte a formação profissional com intuito de uma prática docente completa. O Município de Vitória de Santo Antão hoje é contemplado com um curso de Licenciatura em Educação Física o que deve ser sinônimo de boa formação profissional, para que as práticas de ensino na área de educação inclusiva sejam de boa qualidade na região.

A Educação Inclusiva é uma realidade na prática pedagógica de Educação Física, que precisa de mais produções acadêmicas com sensibilidades para esse tema tão significativo na área, o qual justifica o presente construto apresentado.

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para esclarecermos um ponto principal no estudo é necessário esclarecer termos primordiais para análise do trabalho, o que são as pessoas com deficiência, o que é deficiência, o que é incapacidade, estar doente significa estar deficiente.

No Relatório de Reabilitação Internacional a UNICEF encontram-se as definições de impedimento, deficiência e incapacidade divulgadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da seguinte maneira:

Impedimento: um dano psicológico, fisiológico ou anatômico, permanente ou transitório, ou uma anormalidade de estrutura ou função.

Deficiência: qualquer restrição ou perda na execução de uma atividade, resultante de um impedimento, na forma ou dentro dos limites considerados como normais para o ser humano.

Incapacidade: uma deficiência que constitui uma desvantagem para uma determinada pessoa, porque limita ou impede o desempenho de uma função que é considerada normal dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais para aquela pessoa (UNICEF/BRASIL, 1980).

Para reforçar os conceitos apresentados, segundo as orientações da CIF (Classificação Internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde),

Deficiência é:

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente.

E Incapacidade:

Restrição resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência.

A CIF distingue ainda doença de deficiência:

As deficiências podem ser parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indicam necessariamente a presença de uma doença, ou que o indivíduo deva ser considerado doente [...]. As deficiências são mais abrangentes no seu escopo do que os distúrbios ou doenças. Por exemplo, a perda de uma perna é uma deficiência de uma estrutura do corpo, mas não é uma deficiência de uma estrutura do corpo, mas não é um distúrbio da doença (CIF, 2003, p. 24).

“Deficiências são relativas a toda alteração do corpo ou aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja sua causa; em princípio significam perturbações em nível de órgão” (AMARAL, 1995, p.63); as incapacidades refletem os resultados das deficiências em termos de atuação e atividade do indivíduo e a desvantagem diz respeito às perdas que o indivíduo experimenta devido à sua deficiência e incapacidade.

Visto isso, podemos entender que impedimento é uma danificação fisiológica, anatômica ou psicológica, constante ou passageiro, disfunção ou má qualidade do estado da estrutura.

Já deficiência é a perda ou anormalidade na realização de uma tarefa, ocasionando um impedimento temporário ou permanente.

E Incapacidade é a desvantagem proporcionada pelos limites ou impedimentos na função que é considerada normal dependendo da idade, fatores sociais, culturais, sexo do indivíduo.

Segue agora algumas definições para classificarmos as deficiências. Deficiência mental: existem diferentes definições, em função dos critérios em que se baseiam.

Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental a deficiência

caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 1994, p.15)

Os termos escolhido para definição de deficiência auditiva e visual foram estes que afirmam que:

Deficiência auditiva: “corresponde à perda parcial ou total da audição. A classificação é feita de acordo com a perda sensorial apresentada (medida em decibéis)” (CIDADE; FREITAS; 2002, p. 33).

Deficiência visual: “pode-se dizer que a deficiência da visão refere-se a uma limitação sensorial que pode anular ou reduzir a capacidade de ver, abrangendo

vários graus de acuidade visual, permitindo várias classificações da redução da visão.” (CIDADE; FREITAS; 2002, p. 33).

Deficiência física (motora): “É toda e qualquer alteração no corpo humano, resultado de um problema ortopédico, neurológico ou de má formação, levando o indivíduo a uma limitação ou dificuldade no desenvolvimento de alguma tarefa motora” (COSTA, 1995, p.8).

Características gerais das pessoas com deficiências são:

Deficientes Mentais

Apresenta retardo no desenvolvimento motor, pouco equilíbrio, déficit na locomoção; dificuldades de coordenação em movimentos complexos e manipulativos; falta de motivação e dificuldade de adaptação social. (CIDADE; FREITAS; 2002).

Deficientes Auditivos

A surdez propicia uma dificuldade de percepção dos sons, tendo assim uma perturbação no conhecimento do meio, limitações da comunicação verbal e dificuldade na relação com outras pessoas. Esses empecilhos são apontados pelo grau de comprometimento, pelo meio social e pela época de aquisição da surdez (LAFON, 1989; ALMEIDA, 2005).

Deficientes Visuais

Pela limitação de experiência motora em diversos níveis; mediante a diminuição das possibilidades de experiências práticas ou de relacionamento familiar e/ou social inadequado. (CIDADE; FREITAS, 2002, p.36)

Deficientes Físicos

O indivíduo apresentará distintos problemas neurológicos e/ou ortopédicos, dificuldade da fala e comunicação, retardo no desenvolvimento motor, entre outros. (BUENO; RESA, 1995; DUARTE; WERNER, 1995; SOUZA, 2001).

Tendo em vista tais conceitos e considerando-os para andamento do trabalho na próxima seção iremos discutir a inclusão das pessoas que apresenta alguma das deficiências citadas acima, impedimentos, ou disfunções. Mais uma vez afirmamos que deficiência não caracteriza um indivíduo como anomalia social, ela apenas apresenta características diferenciais a níveis psicológicos, fisiológicos ou anatômicos. E essas diferenças devem ser compreendidas e respeitadas, afinal nenhum ser humano é igual.

3 INCLUSÃO, UMA FUNÇÃO SOCIAL

O tema inclusão de certo, é curioso, não complicado, porém ainda sim com muito a ser compreendido, quando relacionado a Educação muito se deve entender. O principal é que os alunos com deficiência devem ter garantia de igualitárias chances de aprendizado e de relações sociais no âmbito escolar.

Conviver é viver bem com em meio a essa diversidade. E parte dessa diversidade são as pessoas portadoras de alguma deficiência ou diferença. Elas fazem parte do nosso mundo. Elas têm direito de estar aqui. (ALVES, 2003).

Alves ao afirmar isso, nos convida a um desafio¹, muitas barreiras foram vencidas ao longo da história, muito ainda falta.

Falar de inclusão de certeza é uma barreira, barreira também deve ser a prática, o que não significa que sua realização, não seja alcançável. No entanto para começarmos a esclarecer como é possível a prática e sua necessidade, no presente capítulo iremos entender o real sentido a Inclusão.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo de educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (UNESCO 1994, p.61).

A inclusão como processo social e cultural extenso, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50.

A inclusão é a transformação da sociedade como pré-requisito para que pessoas com necessidades especiais tenham como encontrar seu desenvolvimento e atuar exercendo sua cidadania (SASSAKI, 1997).

Neste contexto, a inclusão no universo pedagógico é um espaço que vem cada vez mais sendo ampliado, conforme os acontecimentos políticos e sociais, quais estão numa constante procura do entendimento das diferenças e como lidar com as mesmas.

¹ Uso o termo desafio, pois acredito que romper com conceitos pré-estabelecidos pela sociedade é um desafio, no entanto desafios devem ser superados, e é nesse contexto que o trabalho se segue e se objetiva.

Assim devemos antes de tudo entender as práticas pedagógicas construídas ao longo da história, e ao redefini-las contribuir para novos processos pedagógicos onde buscamos identificar as limitações individuais de cada aluno, atendo-se não mais a elas e sim as potencialidades do aluno.

Ainda segundo Sassaki (1997) a inclusão é um processo amplo, com transformações, de grandes e pequenos portes, nos espaços físicos e na mentalidade de todos os indivíduos, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais.

Para propiciar uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE; FREITAS, 1997).

Incluir tem o sentido mais abrangente do que, o de apenas depositar aquelas pessoas em determinado ambiente ou situação é necessário, a partir de tudo, aceitar e respeitar as diferenças, pois não deve acreditar que exista uma igualdade. É necessário compreender que todos somos diferentes e essas diferenças devem ser respeitadas.

Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE E FREITAS, 1997). A educação deve ser um meio de propagação para aceitação dessas diferenças.

Segundo a Declaração de Salamanca, um documento com intuito de nortear princípios, a política e as práticas na área das **necessidades educativas especiais** e um enquadramento da Ação, examinando as transformações cruciais de política importantes para desenvolver métodos da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as instituições escolares para assistencializar e atender todas as crianças, contando também com as que têm necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994).

Acreditamos também que,

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,

- os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. Declaração de Salamanca (1994, p. 8)

A Unesco além de elaborar esses pontos, também estabelece como meta (1994, p. 9).

- conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais,
- adaptar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo,
- desenvolver projetos demonstrativos e encorajar o intercâmbio com países que têm experiência de escolas inclusivas,
- estabelecer mecanismos de planeamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo,
- encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planeamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais,
- investir um maior esforço na identificação e nas estratégias de intervenção precoce, assim como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva,
- garantir que, no contexto de uma mudança sistêmica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

A inclusão na área educacional faz menção ao direito à educação, comum a todos os indivíduos e o direito de receber a educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas regulares. As tendências mais recentes dos sistemas de ensino são:

- Integração/inclusão do aluno com necessidades especiais preferencialmente no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas;
- Ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico;
- Melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental;
- Expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais. (SANTOS; PAULINO, 2008.)

Pautado na declaração devemos reconhecer a devida importância das vivências para o público, oferecendo o devido suporte, por meio de práticas educativas eficientes, a modo de incluir as crianças, com suas devidas peculiaridades. Estabelecer o acesso aos jovens e crianças, desenvolvendo maneiras e meios inclusivos, permeando que os alunos deficientes e não deficientes compreendam melhor uns aos outros.

4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

4.1 Educação Física e Sua Função Social

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, 1998, p. 17), busca-se que, na prática pedagógica, os docentes tenham uma ação distinta. Recomendam que “as políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo a que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social”.

Segundo Soares *et al* (1992) o intuito da educação Física Escolar é a compreensão de que as produções humanas são históricas, inesgotáveis e provisórias. Este entendimento deve auxiliar o aluno a se assumir enquanto sujeito histórico, capaz de intervir criticamente sobre sua realidade.

Os alunos devem ter uma formação social, política e histórica pautada em conceitos éticos e morais para o bem comum de uma sociedade livre de preconceitos. Os alunos devem:

- . compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- . conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto 1998, p. 55).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, 1998, p. 62), no que se refere à contribuição das diferentes áreas de conhecimento, apontam em relação à Educação Física:

[...] é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde. Para tanto, deve romper com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica

de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido, deve buscar garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania.

4.2 Educação Física e Inclusão

O movimento da escola inclusiva estima um conceito de, uma educação adequada e de boa qualidade, oferecida em conjunto para o corpo discente – considerados dentro das formas da normalidade com os com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que é útil a todos os alunos, indiscriminadamente.

Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem socioeconômica, étnica ou cultural. (CARVALHO, 1998; OLIVEIRA; POKER, 2002).

Ou seja, a escola é ambiente para propagação de uma pedagogia inclusiva, é um espaço de quebra de preconceitos e paradigmas discriminatórios, é lá que os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos, com uma perspectiva de mudança da visão da sociedade no decorrer dos tempos.

Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos.

Nessa perspectiva onde a educação física como integrante da escola, sem sombra de dúvidas o espaço das aulas de educação física deve favorecer essa propagação de inclusão.

Os profissionais de Educação Física devem quebrar alguns paradigmas a respeito de inclusão. Para Rodrigues (2006), existe uma relação de dez ideias (mal)feitas sobre educação inclusiva, que devem ser desmistificadas². Vamos agora entendê-las:

² Relação essa encontrada no último capítulo do livro “INCLUSÃO E EDUCAÇÃO: Doze olhares sobre a educação inclusiva”, qual é iniciado com uma citação que recai para uma perspectiva a ser pensada, que com certeza é crucial para o entendimento da inclusão escolar que diz o seguinte “A normalidade causou-me sempre grande pavor, exatamente porque é destruidora” Torga (1948, p. 128) *apud* Rodrigues (2006, p.300)

As ideias estão divididas igualmente em cinco grupos relacionados à prática pedagógica e a educação:

Valores;

Formação de Professores;

Recursos;

Currículo;

Gestão da Sala de Aula;

Para cada grupo selecionado, foram identificadas duas diferentes ideias.

As duas primeiras ideias mal construídas estão relacionadas aos **Valores**, a primeira afirma que “a inclusão é a ‘evolução natural’ do sistema integrativo”. Inclusão não é uma evolução da integração.

Inicialmente por que a integração deixou intocáveis os valores menos inclusivos da escola. Também porque a escola integrativa separa os alunos em dois tipos: “os normais” e os “deficientes” e o papel do aluno deficiente na escola foi sempre condicionado.

A outra é que “A educação inclusiva é para alunos ‘diferentes’” O certo é pensar que não só TODOS os alunos são diferentes, como também os professores. Ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns.

Na **Formação de Professores** as ideias são “A formação para a educação inclusiva acontece durante o período da formação inicial” e “O conhecimento das diferenças é o aspecto principal do currículo de formação para a educação inclusiva”.

O desenvolvimento de competências para educação inclusiva, mesmo que possa ser importante na formação inicial, se faz necessária uma longa prática em serviço. Conhecer as diferenças é importante, porém para promover a inclusão e não para justificar a separação.

Dentro dos **Recursos** devemos repensar também “Os recursos são secundários. O importante é a atitude da escola e professor”, pois Promover a inclusão é criar serviços de qualidade e não democratizar as ciências.

“A educação inclusiva é um sistema barato para educar todos os estudantes”. Acreditamos que talvez sim seja mais barato, no entanto não é por aí que as escolhas devem ser realizadas.

“A diferenciação do currículo é a tarefa do professor” e “Educação inclusiva valoriza o ‘currículo social’” estão associadas ao grupo **Currículo**.

A escola é uma estrutura com uma inércia organizacional de dimensão considerável, e a diferença do currículo é tarefa da própria. O currículo mais social não deve ser o principal da Educação Inclusiva, devemos atender também ao seu conhecimento específico.

No grupo **Gestão da sala de aula** temos que “Não é possível desenvolver práticas inclusivas em classes com 25 ou mais estudantes” e “É mais fácil encontrar qualidade nas classes homogêneas”.

Será? Se fosse assim deveria ser um professor para cada indivíduo.

O professor deve olhar para a turma toda como alunos diferentes e pensar que todos podem compartilhar sessões de aprendizado. A qualidade na educação está com mais facilidade associada a turma heterogêneas do que as homogêneas, na porção que as homogenias são mais isomorfas em questões sociais.

O princípio de inclusão foi um dos maiores avanços trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física. Uma Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, portanto, com perspectivas educacionais realmente voltadas para a formação do cidadão, precisa ter um olhar voltado para a inclusão (DARIDO,2001).

Entendendo e aceitando isso, vamos agora discutir acerca da Educação Física Adaptada qual é o foco do construto. A Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais.

Podemos afirmar isso com base segundo Cidade e Freitas (2002 p. 27) afirmam que:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão. Entendendo isso, nos recai afirmamos o motivo de muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão.

E é justamente isso que traz a necessidade de produções com sentidos e nesse caminho para esclarecer a prática inclusiva e sua função na área de educação física nessa seção deixaremos muitos desses pontos importantes esclarecidos.

A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (DUARTE; WERNER, 1995: 9).

Atualmente é um campo que muito precisar crescer, não é uma área difícil, no entanto é necessário apreender tais conceitos. A função da educação para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais é o de minimizar os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade (NILSSON, 2003).

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus alunos.

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O programa de educação física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997).

Freitas e Cidades ao refletirem sobre o programa de educação física, possibilitam ao professor de educação física a ideia de que realmente o planejamento das aulas pautadas da educação física escolar adaptada não é um mito, Realmente é uma pratica a ser exercida.

Segundo Pedrinelli (1994, p. 69), "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações,

promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". A autora coloca que o educador pode selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual.

As aulas de Educação Física devem e podem ser ministradas a partir de do conceito de inclusão, posso afirmar. Basta os profissionais de Educação Física desmistificar todos os dês pontos apontados no trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por isso entendo que inclusão é um conceito a ser aprendido e esclarecido por todos e principalmente pelo professor de Educação Física, pois como vimos muito do conceito ainda se tem distorcido. É uma área de muito espaço para estudo e prazerosa de se trabalhar.

Diante de tais argumentos é que podemos compreender que é necessário centrar-se sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações (BRASIL, 1992, p.9).

Os alunos com necessidades especiais integram um universo discente maravilhoso, não podemos negar o quão desafiante, porém ao mesmo tempo instigante.

As práticas pedagógicas devem ser construídas em um viés com uma lente voltada para o respeito às diferenças e propagação do sentido de que todos somos diferentes e devemos aceitar, propiciando aos alunos práticas integrativas diversas em conjunto constante.

A Educação Física para ser considerada inclusiva tem que quebrar a ideologia do paradigma tradicional, que é centralizado na prática de gestos motores eficientes e padronizados e também repensar os conceitos mal(feitos) abordados no estudo, uma delas que retomamos no texto por considerar um grau de importância merecido é o de que “A educação inclusiva é para alunos ‘diferentes’”. O certo é pensar que não só os alunos são diferentes, mas também os professores. Ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo (negativo) de alguns.

Uma Educação Física Escolar voltada para a Inclusão necessita de transformações nos caminhos para o ensino-aprendizagem, começando ao qual se faz necessário à troca de uma ideia de que o individuo esteja relacionado a incapacidade, as quais devemos observar sim as suas potencialidades.

A barreira que o estudo apresenta pode ser quebrada, desde que a metodologia de ensino venha consolidar a participação dos alunos com deficiência, enquanto processo de inclusão. Inicialmente com uma avaliação diagnóstica, propiciando assim adequação de conteúdos, objetivos, planejamentos e avaliações dos alunos deficientes, sem esquecer a necessidade da turma que estão inclusos.

A partir do momento que a Educação Física escolar se libertar desses paradigmas tradicionais e preconceitos e seguir com uma perspectiva direcional para a inclusão no sentido proposto pelo estudo apresentado. Com isso chegar à conclusão que o processo de ensino-aprendizagem deve explorar múltiplos temas nas aulas de Educação Física para diversos eixos da cultura corporal para todos os públicos.

A avaliação deve ser contínua, processual e permanente, tanto dos alunos como do próprio professor e sua metodologia.

A Educação Física Adaptada nesse sentido se caracteriza firme. Existem lições que devem ser discutidas e aplicadas na nossa prática. A investigação se faz necessária cada vez mais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista brasileira educação especial**, Marília, 2005, v. 11, n. 2, p. 223-240.

ALMEIDA, A. C. P. G. Atividade física e deficiência auditiva. GORGATTI; COSTA (Org.). In: **Atividade Física Adaptada**. Barueri: Manole, 2005. p. 129-146.

ALVES, R. **Conversas sobre educação**. Campinas: Versus, 2003.

AMARAL, L.A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais)**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Ministério de Ação Social. **Mídia e deficiência: manual e estilo**. Brasília: CORDE, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994

BUENO, S.T.; RESA, J.A.Z. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Malaga: Aljibe, 1995.

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R.; **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo. Plarson Prentice Hall, 2007.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. Brasília. **Revista Integração**. Edição Especial p. 26-30, 2002.

CIF: Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SOARES, C.L. *et al* .. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, A. Aprendendo sobre deficiência física. In: CURSO DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: educação à distância, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABT/UGF, 1995, V.4.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, p. 27-42, 2004.

DARIDO, S.C. A Educação, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. **Revista Paulista de Educação Física**, v.15,n.1, p.17-32, jan./jun. 2001.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: CURSO DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: educação à distância, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABT/UGF, 1995, v.3.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo e Visão geral da Inclusão. In: STAINBACK, W; STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LAFON, J. C. **A deficiência auditiva na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

LEMOS, E. F. O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física. **Revista Interação**, Brasília, v. 14, Edição Especial, p. 14-22, 2002

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZINI FILHO, M. L., et al, A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.14, n. 139, p. 42-48. Diciembre de 2009.

NILSSON, I. **A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem**. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.68, p. 5-45. maio-junho, 2003.

OLIVEIRA, A A S. ; LEITE, L.P. Escola Inclusiva e as necessidades educacionais especiais. IN: MANZINI, E.J. **Educação Especial**: temas atuais. Marília: Unesp: Marília, 2000.

OLIVEIRA, A A S; POKER R B. Educação Inclusiva e Municipalização: A experiência em Educação Especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira Especial**, Marília, v.8, n.2, p.233-244, Jul – Dez. 2002

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. In: **Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: MEC; SEDES; Sesi-DN, 1994.

RIBEIRO, J.Q. **Ensaio de uma teoria de administração escolar**. São Paulo: Saraiva, 1987.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, M.P.; PAULINO, M.M.; **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA 1997.

SOUZA, P. A. Introdução. In: SESI-DN. Ministério do Esporte e Turismo. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN, 2001.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Salamanca, Espanha, 1994. **Declaração...** Salamanca: Unesco, 1994.

UNICEF. **A deficiência infantil**: sua prevenção e reabilitação. In: _____. Relatório da reabilitação internacional à junta executiva do Unicef. Brasília: Unicef, 1980.